

EDITAL 90006/2026

Processo nº 00198.001127/2025-42

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.006/2026		Data de Abertura: 23/04/2026 às 09:00 h no sítio <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br/">https://www.gov.br/compras/pt-br/</a>			
Objeto					
Aquisição através de SRP de materiais e produtos de limpeza					
Valor Global Máximo Estimado					
R\$ 101.918,02 (cento e um mil novecentos e dezoito reais e dois centavos)					
Registro de Preços?	Vistoria	Instrumento Contratual	Garantia de Proposta	Garantia Contratual	Forma de Adjudicação
Sim	Não	Sim	Não	Não	Grupo

<b>DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO</b>	
<b>Requisitos Básicos:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Sicaf ou documentos equivalentes;</li> <li>- Habilitação Jurídica;</li> <li>- Regularidade Fiscal e Trabalhista;</li> <li>- Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal;</li> <li>- Qualificação Econômico-Financeira;</li> <li>- Certidão do Conselho Nacional de Justiça – CNJ;</li> <li>- Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos – TCU;</li> <li>- Certidão do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;</li> <li>- Certidão do Cadastro Nacional e Empresas Punidas – CNEP;</li> </ul>	<b>Requisitos Específicos:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Qualificação Técnica ;</li> <li>- Declarações exigidas no Edital e/ou Termo de Referência; e</li> <li>- Outros documentos, sendo necessária a leitura integral do Edital.</li> </ul>

<b>Lic. Exclusiva ME/EPP?</b>	<b>Reserva de Cota ME/EPP?</b>	<b>Amostra/Demonst./Prova de Conceito/Indicação do local do evento?</b>	<b>Decreto nº 7.174/2010?</b>
Sim	--	Sim	Não

Prazo para envio da proposta/documentação	
Até 2 (duas) horas após a convocação realizada pelo pregoeiro.	
Pedidos de Esclarecimentos	Impugnações
Até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame no e-mail: <a href="mailto:administracao@corenalagoas.org.br">administracao@corenalagoas.org.br</a>	Até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame
Observações Gerais:	
<ul style="list-style-type: none"> <li>A disputa dar-se-á pelo MODO ABERTO e os lances deverão respeitar o INTERVALO MÍNIMO de R\$ 1,00 nos termos da condição do item 7 do Edital.</li> <li><b>O licitante que não cumprir as exigências estabelecidas no Edital está sujeita às penalidades descritas no item 15 do Edital.</b></li> </ul>	

## SUMÁRIO

1. [DO OBJETO](#)
2. [DO REGISTRO DE PREÇOS](#)
3. [DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO](#)
4. [DO ORÇAMENTO ESTIMADO](#)
5. [DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO](#)
6. [DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA](#)
7. [DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES](#)
8. [DA FASE DE JULGAMENTO](#)
9. [DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA](#)
10. [DA FASE DE HABILITAÇÃO](#)
11. [DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS](#)
12. [DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA](#)
13. [DO TERMO DE CONTRATO](#)
14. [DOS RECURSOS](#)
15. [DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES](#)

16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Conselho Regional de Enfermagem de Alagoas- Coren AL, entidade fiscalizadora do exercício profissional *ex vi* da Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa para fornecimento contínuo, por meio do Sistema de Registro de Preços, de materiais e produtos de limpeza, sob demanda, para reabastecimento do Almoxarifado para atender as demandas dos edifícios do Conselho Regional de Enfermagem de Alagoas, conforme condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

1.3. O licitante deverá preencher o **Modelo de Proposta de Preços** (Anexo II do Edital) e enviá-lo juntamente com os **documentos de habilitação** exigidos neste Edital.

1.3.1. **Não serão admitidos valores superiores aos constantes nas tabelas do termo de referência.**

1.3.2. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional (Real) com no máximo 02 (duas) casas decimais.

1.3.3. O fornecimento dos bens e/ou a prestação dos serviços, conforme o caso, deverá ser realizado de acordo com o Termo de Referência, que apresenta a descrição detalhada.

1.4. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas na plataforma <https://www.gov.br/compras/pt-br> e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de

acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. **Poderão participar microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.**

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela

aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso e esta detalhado no termo de referência.

#### **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade

cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

- 5.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 5.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 5.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 5.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 5.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 5.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 5.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 5.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 e 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- 5.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

- 5.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o

critério de julgamento por menor preço.

5.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 5.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e valor total do item.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**



- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário e/ou total do item/grupo.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1,00 (um real).**
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. **Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.**
- 7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações, quando for o caso.
- 7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da

comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.18.2.1. empresas brasileiras;

7.18.2.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.18.2.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.19. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor será realizada por sorteio eletrônico, automaticamente por meio do Sistema de Compras, como critério final de desempate, nos termos da legislação aplicável.

7.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.20.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.20.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.20.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.20.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.20.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta de preço adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, bem como, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.20.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat, antes de findo o prazo.

7.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

8.1.4. Certidão do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNIA), mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php?validar=form](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form));

8.1.5. Certidão de Licitantes Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União (<https://portal.tcu.gov.br/certidoes/>);

8.1.6. As certidões dos itens 8.1.2, 8.1.3, 8.1.4 e 8.1.5 poderão ser consultadas no Portal eletrônico do TCU, na ferramenta de pesquisa consolidada de pessoa jurídica, disponível no endereço <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta quanto às sanções também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1. conter vícios insanáveis;

8.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores

inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **9. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA**

9.1. **O Termo de Referência exige a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.**

9.2. **Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.**

9.3. **Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.**

9.4. **No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.**

9.5. **Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.**

## **10. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

10.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

10.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para

fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

10.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

10.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

10.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

10.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

10.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

10.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

10.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

10.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

10.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

10.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (DUAS) HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

10.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

10.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 10.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em 2 (duas) horas, para:

10.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos

existentes à época da abertura do certame;

10.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

10.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fê pública.

10.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

10.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 10.12.1.

10.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

## **11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.3.1. A assinatura eletrônica da Ata de Registro de Preços pelo adjudicatário dar-se-á por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Cofen.

11.3.2. É de responsabilidade da licitante vencedora proceder com seu cadastro como usuário externo no mencionado Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Cofen, conforme suas normas próprias, em tempo hábil para a assinatura do Contrato no prazo estabelecido, acessando a página de Acesso a Usuário Externo no link a seguir: <http://portalsei.cofen.gov.br/acesso-externo/>.

11.3.2.1. A liberação de acesso do usuário externo será efetuada em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir do recebimento da documentação, que deverá seguir as orientações contidas na página de Acesso a Usuário Externo.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata ou sua transformação em contrato poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

## **12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **13. DO TERMO DE CONTRATO**

13.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

13.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar eletronicamente o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2.1. A assinatura eletrônica do Termo de Contrato pelo adjudicatário dar-se-á por meio do

Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Cofen.

13.2.2. É de responsabilidade da licitante vencedora proceder com seu cadastro como usuário externo no mencionado Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Cofen, conforme suas normas próprias, em tempo hábil para a assinatura do Termo de Contrato no prazo estabelecido, acessando a página de Acesso a Usuário Externo no link a seguir: <http://portalsei.cofen.gov.br/acesso-externo/>.

13.2.2.1. A liberação de acesso do usuário externo será efetuada em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir do recebimento da documentação, que deverá seguir as orientações contidas na página de Acesso a Usuário Externo.

13.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

13.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

13.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

13.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

13.4. O prazo dos item 13.2 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

13.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

## **14. DOS RECURSOS**

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

14.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

14.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

14.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

14.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://sei.cofen.gov.br> – Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Cofen. O acesso aos autos do processo somente será autorizado mediante solicitação no endereço



## **15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 15.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
  - 15.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
    - 15.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
    - 15.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
    - 15.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
    - 15.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
    - 15.1.2.5. apresentar proposta, amostra, prova de conceito ou local de execução do serviço em desacordo com as especificações do Edital;
  - 15.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - 15.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
  - 15.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
  - 15.1.6. fraudar a licitação;
  - 15.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
    - 15.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
    - 15.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
    - 15.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
  - 15.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
  - 15.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 15.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 15.2.1. advertência;
  - 15.2.2. multa;
  - 15.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
  - 15.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 15.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 15.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
  - 15.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 15.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  - 15.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e

orientações dos órgãos de controle.

15.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

15.4.1. Para as infrações previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

15.4.2. Para as infrações previstas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7, 15.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

15.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1, 14.1.2, 15.1.3 e 15.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7, 15.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2, 15.1.3 e 15.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

15.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 15.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.

15.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15.15. A aplicação das sanções será precedida de regular instrução de processo de responsabilização, constituído e conduzido em observância às regras dispostas nos arts. 157 a 161 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.15.1. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração dos fatos e, se for o caso, aplicação de sanção à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas por meio do endereço de e-mail informado na proposta

comercial, bem como o cadastrado pela empresa no SICAF.

15.15.2. O licitante deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado junto ao SICAF e confirmar o recebimento de mensagens provenientes do Coren AL ([administracao@corenalagoas.org.br](mailto:administracao@corenalagoas.org.br) ou [administrativo@corenalagoas.org.br](mailto:administrativo@corenalagoas.org.br)), não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

## **16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

16.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar ou solicitar esclarecimento a este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

16.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do endereço eletrônico: [administracao@corenalagoas.org.br](mailto:administracao@corenalagoas.org.br).

16.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

16.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16.7.

## **17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5. É de responsabilidade da licitante vencedora proceder com seu cadastro como usuário externo no mencionado Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Cofen, conforme suas normas próprias, em tempo hábil para a assinatura da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato no prazo estabelecido, acessando a página de Acesso a Usuário Externo no *link* a seguir: <http://portalsei.cofen.gov.br/acesso-externo/>.

17.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do

interesse público.

17.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.11. Em hipótese alguma será fornecida qualquer informação sobre o processo licitatório em questão por telefone. Caso o licitante tenha alguma dúvida sobre a licitação, deverá enviar e-mail antes da sessão pública ou utilizar o chat durante a sessão pública.

17.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br).

17.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

17.13.1. ANEXO I – Termo de Referência

17.13.2. ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;

17.13.3. ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços - ARP.

**Arthur Maia Paiva Junior**  
**Chefe do Departamento Administrativo**



Documento assinado eletronicamente por **ARTHUR MAIA PAIVA JUNIOR - Matr. 39**, **Pregoeiro(a)**, em 16/03/2026, às 11:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.cofen.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.cofen.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1585627** e o código CRC **DA30156D**.

Avenida Moreira e Silva, 430, - Bairro Farol, Maceió/AL

CEP 57051-500 Telefone: (82) 3221-4118

- <https://corenalagoas.org.br>

---

**Referência:** Processo nº 00198.001127/2025-42

SEI nº 1585627

## TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 00198.001127/2025-42

### 1. OBJETO

1.1. Aquisição através de SRP de materiais e produtos de limpeza

### 2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Considerando os vencimentos das atuais atas de registro de preço em Junho do corrente ano, uma vez que a quantidade registrada será insuficiente para atender a necessidade da sede, subseção de Arapiraca e 2 novas subseções, faz-se necessário a abertura de novo processo para aquisição de materiais e produtos de limpeza.

2.2. Para avaliação das quantidades a serem demandas se buscou o histórico de consumo de cada item, adicionando uma quantidade maior devido a abertura de mais subseções, de modo a garantir plenamente o bom funcionamento da estrutura de trabalho da Autarquia;

2.3. Considerando o consumo diário dos materiais de limpeza para servir aos inscritos e funcionários do Regional, cujo consumo pode apresentar flutuações nas suas quantidades, nestes estudos técnicos preliminares foi possível identificar que a melhor estratégia de suprimento é o SRP – Sistema de Registro de Preços para a futura e eventual aquisição destas categorias de materiais. Esta solução permite o parcelamento do recebimento ou mesmo a abstenção da compra de acordo com a efetiva necessidade deste Conselho, visando melhor acomodação e devida atenção a sua perecibilidade

### 3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1. Itens a serem contratados/adquiridos:

#### Lote 01

Item	DESCRIÇÃO	UND	QTD	QTD MINIMA POR PEDIDO
1	Flanela para limpeza, 100 % algodão, na cor Amarela, medindo NO MINIMO 40x25cm.	UN	100	50
2	Saco de pano alvejado, material algodão, para limpeza de chão, medindo no mínimo aproximadamente 60x90cm.	UN	200	50
3	Pano de prato, algodão cru, 60 x 40 cm, branco, absorvente, lavável e durável.	UN	100	50
4	Pano multiuso pra pia com tamanho aproximado 24x35cm, composição 70% celulose e 30% poliéster, super absorvente, lavável e reutilizável, pacote com 5 unidades.	UN	100	30

#### Lote 02

Item	DESCRIÇÃO	UND	QTD	QTD MINIMA POR PEDIDO
5	Sabonete Líquido Gel, Cristal, Refil no mínimo 800ml.	UN	240	80

6	Detergente líquido neutro para louça. a) Composição: Tensoativos aniônicos, glicerina, sequestrante, conservantes, espessante, corante, fragrância e água; b) Componente ativo: linear alquil benzeno sulfonato sódio, contendo tensoativo biodegradável; c) Validade: Prazo de no mínimo 12 meses da data da entrega; e d) Embalagem: Frasco contendo 500ml. Constar na embalagem a marca, validade, composição e dados do fabricante.	UN	300	100
7	Sabonete líquido com ação espumante, com ingredientes umectantes e emolientes, alto rendimento, bactericida/germicida, Biodegradável (Fragrâncias diversas). Galão de 5 litros	UN	100	10
8	Sabão em Pó biodegradável, composição: Tensoativo Aniônico, Alcalinizante, Sequestrante, Carga, Coadjuvantes, Branqueador Óptico, Fragrância e Água	KG	300	20 kg
9	Sabão em barra, amarelo, glicerinado, com 200g, Embalagem com 05 unidades	UN	100	20
10	Limpa Alumínio: detergente desincrustante com PH ácido. recomendado para limpeza e desincrustação de superfícies e utensílios de alumínio. Age também como um desengordurante e desincrustante; biodegradável, composição: Dodecilbenzeno sulfonato de sódio, nonil fenol etoxilado, corante e veículo. Embalagem de 500 ml.	UN	500	30

### **Lote 03**

Item	DESCRIÇÃO	UND	QTD	QTD MINIMA POR PEDIDO
11	Esponja de lã de aço, composição de aço carbono, para limpeza de materiais e vidro, azulejos, pisos, cerâmicas, etc. Contendo 08 unidades com 60g.	UN	96	16
12	<b>Esponja para limpeza dupla face</b> a) Tipo: Dupla face, com bactericida na cor verde/amarela; b) Material: Fabricada com poliuretano e fibra sintética; c) Medidas: Aproximadamente 102mm x 69mm x 28mm em formato retangular com variação de até 10% de oscilação nas medidas; e d) Embalagem: Acondicionado individualmente ou pacote com 5 unidades e constar na embalagem a marca e dados do fabricante	UN	300	100
13	Luva de Látex sem forro, cano longo, dupla face, lisa e antiaderente, embalada em par. Tamanho M.	UN	150	20
14	Tapete para porta emborrachado de qualidade excelente, antiderrapante, medidas aproximadas: 45x65cm, Material: Superfície 100% Poliamida e Base 100% Látex, Características: Sem estampa, Emborrachado e Antiderrapante.	UN	10	05
15	Álcool Gel embalagem plástica com 500 ml, com validade mínima de 12 meses.	UN	100	30
16	Álcool comum, 96 graus, em embalagem plástica de 1 Litro, 92.8% I.N.P.M. Etílico hidratado.	UN	100	30

### **Lote 04**

Item	DESCRIÇÃO	UND	QTD	QTD MINIMA POR PEDIDO
17	<b>Saco de lixo reforçado 100L</b> a) Tipo: Saco de lixo para uso doméstico; b) Quantidade: 100 unidades por pacote; c) Material: Polietileno reforçado; d) Capacidade: 100 litros; e) Medidas: Aproximadamente 75cm x 105cm; f) Espessura: No mínimo 10 micras; e g) Embalagem: Deve conter informações do fabricante e do produto	PCT	200	30

18	<b>Saco de lixo reforçado 30L</b> a) Tipo: Saco de lixo para uso doméstico; b) Quantidade: 100 unidades por pacote; c) Material: Polietileno reforçado; d) Capacidade: 30 litros; e) Medidas: Aproximadamente 40cm x 60cm; f) Espessura: No mínimo 5 micras; e g) Embalagem: Deve conter informações do fabricante e do produto.	PCT	200	30
19	Lixeira com pedal e tampa, capacidade de 15 litros, formato cilíndrico, material aço inox, com acabamento polido. Altura aproximada de 40 cm. Elevação com pedal emborrachado. Tampa com 100% de vedação quando estiver fechada. com balde interno removível. com alça para transporte	UN	100	10

### **Lote 05**

Item	DESCRIÇÃO	UND	QTD	QTD MINIMA POR PEDIDO
20	Vassoura com cerdas tipo Piaçava nº 05, com cabo.	UN	40	10
21	Vassoura com cerda de pelo sintético com cabo rosqueável e madeira com no mínimo 1,20 m com revestimento plástico, base retangular com no mínimo 30 cm comprimento e altura mínima da base de 3,0cm, contendo a marca do fabricante. Referência para qualidade do produto: Lady, equivalente ou de melhor qualidade.	UN	40	10
22	Vassoura de nylon, plástico 40 cm, mínimo 5 cm, com cabo.	UN	40	10
23	Pá para Lixo, com cabo sintético longo, com ponteira para facilitar o recolhimento do lixo. Referência para qualidade do produto: Condor, equivalente ou de melhor qualidade.	UN	50	10
24	Escova sanitária, med.: 34 x 8 cm, cerdas crespas de nylon em formato circular, resistente e durável, <b>com suporte</b> , para limpeza de vaso sanitário	UN	30	10
25	<b>Rodo 60 cm com cabo.-</b> Material Cabo: Madeira, Cepa: Em polipropileno, medindo aproximadamente 60cm x5cm x 2.5cm com dentes plásticos para segurar o pano e Borracha: Dupla em EVA resistente e espessura de pelo menos 8mm.	UN	40	10
26	<b>Rodo 40 cm, sem cabo</b> a) Tipo de cabo: SEM CABO apenas Cepa. b) Cepa: Em polipropileno, medindo aproximadamente 40cm x5cm x 2.5cm com dentes plásticos para segurar o pano; e c) Borracha: Dupla em EVA resistente espessura de pelo menos 8mm	UN	40	10
27	<b>Rodo de pia.</b> Material Cabo: Plástico. Material Suporte: Plástico. Comprimento Suporte: 20 CM. Cor: Suporte E Cabo Natural FL. Quantidade Borrachas: 2 UM. Características Adicionais: Cabo Com Rosca MM. Unidade	UN	10	10
28	MOP seco/pó retangular 60 cm Conjunto completo fornecido com: Cabo alumínio anodizado extensível até 140cm. Armação dobrável em polipropileno e aço galvanizado Luva composta por fios 100% acrílicos que permitem estática natural com resultado superior na retenção de partículas	UN	10	05
29	Refil para Mop pó, na cor azul, material acrilico, 60 cm x 30 cm.	UN	100	10
30	<b>Balde Material:</b> Pvc. Tamanho: Médio. Material Alça: Arame Galvanizado. Capacidade: 12 L. Cor: Preta. Aplicação: Uso Geral. Unidade.	UN	30	06

### **Lote 06:**

Item	DESCRIÇÃO	UND	QTD	QTD MINIMA POR PEDIDO
31	Água Sanitária, composta de solução aquosa à base de cloro, hipoclorito de sódio, hidróxido água e essência; teor de cloro ativo 2,0% a 2,5%, em frasco plástico com 5 Litros. Validade: com validade de 6 (seis) meses a contar da entrega, produto sujeito a verificação no ato da entrega (atendendo a RDC nº 55/2009 ANVISA).	UN	200	20



32	Limpa-Vidro, aspecto físico líquido, composição lauril éter, sulfato de sódio, frasco com 500 ml, características adicionais pulverizadora <b>com gatilho</b> , validade mínima de 03 (três) anos.	UN	200	20
33	Pastilha Adesiva Sanitária, para ser usada na parede do vaso sanitário, composição: Alfa-Olefina Sulfonato de Sódio, Bicarbonato de Sódio, Detergente Aniônico, Coadjuvantes, Fragrância e Corantes, duração pelo menos 150 descargas, fragrâncias variadas, embalagem com 3 unidades.	UN	1000	100
34	Odorizador de Ambiente, tipo Aerosol, fragrâncias variadas que eliminam os odores desagradáveis, Frasco de alumínio, tamanho mínimo de 6 cm de Largura e 26,5 cm de Altura, com capacidade de 360ml, Ingredientes: Emulsificante, antioxidante, fragrância, veículo e propelentes, validade 24 meses.	UN	200	20
35	Limpador instantâneo multiuso:(qualidade igual ou superior a Veja ou Ajax) Desengordurante de uso doméstico: Indicado para Cozinha, Composição: Lauramina oxidada, lauril éter sulfato de sódio, alcalinizante, coadjuvantes, conservante, fragrância e água. Frasco com 500 ml. a) Validade: Prazo de no mínimo 24 meses da data da entrega; e Constar na embalagem a marca, validade, composição e dados do fabricante	UN	300	50
36	Lustra móveis com brilho intenso e seco, perfume de longa duração, proteção contra manchas d'água, frasco c/ 500 ml, fragrâncias: jasmim e lavanda.	UN	250	50
37	Limpador sanitário (desinfetante germicida) com bico aplicador direcional par maior alcance, para limpeza profunda de vaso sanitário, elimina manchas, limpa, desinfeta com agradável fragrância, frasco de 500 ml	UN	100	50
38	Desinfetante para uso geral, com ação bactericida e germicida, limpa, desinfeta e perfuma, pH neutro, agradáveis fragrâncias (Cítrico, lavanda, Flores do campo, Talco, etc.), para limpeza diária com no mínimo 12 horas de duração do perfume. Galão contendo 5 litros.	UN	150	20
39	<b>Soda Cáustica</b> cristalizada em escamas	Kg	20	5 Kg
40	Inseticida. Tipo: Líquido. Aplicação: Uso Doméstico. Embalagem com 500ml.	UN	30	10
41	<b>Multi-Inseticida aerossol</b> eficiente para matar mosquitos, pernilongos, muriçocas, carapanãs, moscas, baratas, aranhas e pulgas. a) Composição: transflutrina 0,02%, emulsificantes, solventes e propelente, princípio ativo transflutrina; b) Validade: Prazo de no mínimo 20 meses da data da entrega; e c) Embalagem: Frasco contendo 380ml. Constar na embalagem a marca, validade	UN	100	50

#### Item 42

Item	DESCRIÇÃO	UND	QTD	QTD MINIMA POR PEDIDO
42	<b>Tampa para vaso sanitário acoplado semi oval:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Marca: Compatível com a marca do vaso sanitário DECA</li> <li>• Formato: Oval Universal</li> <li>• Tipo de fechamento: Comum</li> <li>• Dimensões: Compatível com as do Vaso Sanitário.</li> <li>• Distância entre furos: 0,15 m Largura: 38,0 cm</li> <li>• Comprimento: 45,0 cm Altura: 5,0 cm</li> <li>• Material: Polipropileno e injetado de alta durabilidade.</li> <li>• Cor: Branco gelo com acabamento esmaltado</li> <li>• Material das dobradiças: Plástico PVC Especificação do tipo: Rígido</li> <li>• Garantia do fabricante</li> </ul>	UN	40	20

3.2. **O prazo de entrega dos materiais é de 10 dias uteis após recebimento da ordem de fornecimento na sede do Coren-AL localizada na Avenida Moreira e Silna nº 430, Farol- Maceió/AL.**

3.3. **DAS AMOSTRAS:**

3.4. **O licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentar amostra do produto ofertado no prazo de 10 dias úteis.**

3.5. **A amostra deverá ser enviada sem custos ao Coren AL para o seguinte endereço: Avenida Moreira e Silva, nº 430, Farol, Maceió-Alagoas, sob pena de não aceitação da proposta.**

3.6. **Caso a Comissão de avaliação das amostras entenda que seja possível poderá ser dispensada a solicitação de amostrada de algum produto e/ou material.**

3.7. **Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.**

3.8. **Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.**

3.9. **No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.**

Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

3.10. Os serviços/objetos desta contratação são caracterizados como comuns, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais do mercado, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

3.12. Foi atendido o princípio da padronização, conforme determina o art. 40, V, Lei 14133/2021.

3.13. **JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DA LICITAÇÃO POR SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)**

O Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 é o normativo que regulamenta o Sistema de Registro de Preços. Conforme o Art. 3º, do referido Decreto: “O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo;

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.”

3.14. Considerando que o objeto da licitação atende pelo menos a uma das hipóteses elencadas acima, a licitação será realizada por Sistema de Registro de Preços, tendo em vista suas diversas vantagens demonstradas a seguir:

a) Aumento da eficiência administrativa, pois promove a redução do número de licitações e dos custos operacionais durante o exercício financeiro.

b) Otimização dos processos de contratação de bens e serviços pela Administração.

c) A solicitação de fornecimento ocorre somente quando surgir a necessidade em se adquirir os bens e serviços registrados.

d) Ausência da obrigatoriedade em se adquirir os bens e serviços registrados, quer seja em suas quantidades parciais ou totais.

e) Vinculação do particular pelo prazo de validade da ata às quantidades e aos preços registrados.

- f) O orçamento é disponibilizado apenas no momento da contratação.
- g) Celeridade da contratação, haja vista que se têm preços registrados.
- h) Atendimento de demandas imprevisíveis.

3.15. Para presente contratação não será divulgada a IRP:

**JUSTIFICATIVA PARA NÃO DIVULGAÇÃO DA IRP** A Intenção de Registro de Preços (IRP) tem como finalidade permitir à Administração tornar pública suas intenções de realizar licitação na modalidade de Pregão pelo sistema de Registro de Preços, com a participação de outros órgãos governamentais que tenham interesse em contratar o mesmo objeto mediante um único procedimento, possibilitando alcançar melhores preços por meio de economia de escala decorrente da definição de um quantitativo estimado maior.

Quanto à obrigatoriedade de divulgação da IRP, registra-se que o Decreto nº 7.892/2013, com a alteração trazida pelo Decreto nº 8.250/2014, abrandou tal exigência, como se observa a partir da leitura do seguinte dispositivo legal:

Art. 4º (...) §1º A divulgação da intenção de registro de preços poderá ser dispensada, de forma justificada pelo órgão gerenciador. (Redação dada pelo Decreto nº 8.250, de 2014).

Assim, vislumbra-se que, embora seja regra a divulgação da Intenção de Registro de Preços pelos órgãos e entidades do SISG, em razão da finalidade de tal procedimento, é perfeitamente cabível o seu afastamento, desde que haja justificativa adequada.

No caso desta IFES, optou-se pela **não divulgação** da IRP em virtude da ausência de estrutura administrativa satisfatória para fins de gerenciamento das Atas de Registro de Preços, bem como pela necessidade de realização e conclusão célere deste procedimento licitatório, o que não seria possível caso houvesse a divulgação da IRP, a qual poderia culminar na participação de outros órgãos da administração pública, demandando maior tempo na realização das atividades e alongamento do prazo para esta instituição, considerando a condição de órgão gerenciador.

#### 4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. É responsabilidade da CONTRATADA a execução do objeto contratado em estreita observância da legislação vigente para contratações públicas, as especificações técnicas e obrigações contidas neste termo, na Proposta Comercial, além das constantes nos artigos 92, inciso XVI, 115, 118, 119, 120 e 121 da Lei nº Federal nº 14.133/2021, assumindo-as integralmente.

4.1.1. Deve a contratada responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nas quantidades e padrões estabelecidos, vindo a responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, nos termos da legislação vigente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado, conforme espeque no art. 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.1.2. Executar o objeto de acordo com as condições, prazo, especificações qualitativos e quantitativos estipulados neste Termo de Referência;

4.1.3. Prestar todos os esclarecimentos e informações que forem solicitados pelo Contratante, de forma clara, concisa e lógica, atendendo de imediato às reclamações;

4.1.4. Levar, imediatamente, ao conhecimento do fiscal do contrato do Coren, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis;

4.1.5. Remover, reparar, corrigir, refazer ou substituir a suas expensas, no todo ou em parte, o material no qual forem constatados falha, defeito, incorreção ou qualquer dano, em até 2 horas;

4.1.6. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do objeto, sem prévia autorização do Coren;

4.1.7. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados previsto em lei.

4.1.8. Aceitar, nas mesmas condições do Contrato, os acréscimos ou supressões, que se fizerem necessários no serviço, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, consoante o disposto no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.1.9. Manter durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme inciso XVI, artigo 92 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.1.10. Na hipótese de ser constatada a inadimplência das condições contidas no item anterior, a CONTRATADA será notificada para regularização no prazo definido pela Administração, sob pena de rescisão.

4.1.11. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que venham serem vítimas os seus colaboradores em serviço, cumprindo todas as suas obrigações quanto às leis trabalhistas e previdenciárias e lhes assegurando as demais exigências para o exercício das atividades;

4.1.12. Cumprir rigorosamente os prazos estipulados no Edital e seus Anexos;

## **5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

5.1. O regime jurídico desta contratação confere ao CONTRATANTE as prerrogativas relacionadas no art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2. Constituem obrigações do CONTRATANTE, além da constante do, art. 115 da Lei Federal nº 14.133/2021, e ainda:

5.3. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Edital e seus Anexos, especialmente deste Termo;

5.4. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas deste termo de referência e dos termos de sua proposta;

5.5. Exercer o acompanhamento e a fiscalização do objeto, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

5.6. Notificar a Contratada por escrito de quaisquer ocorrências relacionadas à execução do objeto, fixando prazo para a sua correção;

5.7. Rejeitar, no todo ou em parte, o (s) serviço (s) executados fora da especificação ou com problemas e/ou solicitar devidas substituições;

5.8. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas, de acordo com os serviços prestados.

## **6. CONDIÇÕES E SUPORTE PARA PAGAMENTO**

6.1. Nota Fiscal deverá ser remetida com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos em relação à data de seu vencimento, para que o Fiscal do Contrato possa realizar sua verificação e, não havendo problemas, emitir o Atesto.

6.2. A nota fiscal deve estar preenchida com a descrição detalhada do objeto, o número da Nota de Empenho e os dados bancários da empresa;

6.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, visto que o Coren Al não utiliza pagamento através de cartão

6.4. Junto com a Nota Fiscal, deverá apresentar a comprovação de regularidade, junto ao Sistema da Seguridade Social (CND), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), às Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada e da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT), sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira;

6.5. Sendo identificada cobrança indevida, os fatos serão informados à Contratada, e a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da Nota Fiscal devidamente corrigida;

6.6. O Coren não se responsabilizará pelo pagamento de quaisquer serviços realizados sem a solicitação ou autorização do fiscal do contrato;

6.7. Contratada fará jus ao recebimento de pagamento apenas em contraprestação à realização efetiva de algum serviço, não sendo devida qualquer retribuição pecuniária unicamente pela existência da relação contratual;

6.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, por culpa do Coren, o valor devido será atualizado financeiramente desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

365

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual; EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso

6.9. Os valores contratados decorrentes do presente termo são fixos e irredutíveis

## **7. SANÇÕES (PENALIDADES)**

7.1. Nos termos dos arts. 155 a 162 da Lei nº 14.133/2021, serão aplicadas as sanções administrativas nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Advertência, aplicável ao responsável que der causa à inexecução parcial do contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.1.2. Impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, aplicável ao responsável que:

7.1.2.1. Incorrer na inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao órgão, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.1.2.2. Incorrer na inexecução total do contrato;

7.1.2.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

7.1.2.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

7.1.2.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

7.1.2.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

7.1.3. Declaração de idoneidade para licitar ou contratar, aplicável ao responsável que:

7.1.3.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

7.1.3.2. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

7.1.3.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.1.3.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

7.1.3.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013;

7.1.3.6. Nas infrações administrativas indicadas no subitem 7.1.2 e subitens que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar.

7.1.4. Multa, a ser aplicada ao responsável que der causa a infrações administrativas será calculada observando o valor 10% (dez por cento) do valor estimado para a licitação, da ata registrada ou do contrato licitado ou celebrado no caso de contratação direta na hipótese do responsável que der causa a infrações administrativas puníveis com as sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade indicadas neste edital, observada a cumulação de aplicação de sanções prevista no §7º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

- 7.1.4.1. Sem prejuízo de aplicação do disposto no item 7.1.4, será aplicável a penalidade de multa:
- 7.1.4.1.1 Igual a 1% (um por cento) para as seguintes infrações administrativas:
- 7.1.4.1.1.1 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 7.1.4.1.1.1.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 7.1.4.1.1.1.2 Deixar de apresentar amostra;
- 7.1.4.1.1.1.3 Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 7.1.4.1.1.1.4 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 7.1.4.1.1.1.5 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 7.1.4.1.1.1.6 Igual a 20% (vinte por cento) para as seguintes infrações administrativas:
- 7.1.4.1.1.1.6.1 Fraudar a licitação.
- 7.1.4.1.1.1.6.2 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 7.1.4.1.1.1.6.2.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei.
- 7.1.4.1.1.1.6.2.2 Induzir deliberadamente a erro no julgamento.
- 7.1.4.1.1.1.6.2.3 Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
- 7.1.4.1.1.1.6.2.4 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 7.1.5. A sanção administrativa de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito do município pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
- 7.1.6. A sanção administrativa de inidoneidade para licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração direta e indireta de todos os Entes públicos da federação pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.
- 7.1.7. Se o valor aplicado pela sanção, somado às indenizações cabíveis, ultrapassar o valor de pagamento eventualmente devido pelo município ao contratado, será promovida de forma cumulativa:
- 7.1.7.1 A compensação da sanção e eventuais indenizações no valor pendente de pagamento ao contratado;
- 7.1.7.2 Eventual diferença não compensada no item anterior seja descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 7.1.8. A aplicação das sanções administrativas previstas neste ato convocatório não exclui, nem afasta, a obrigação de reparação de integral de eventual dano causado ao Conselho Regional de Enfermagem de Rondônia.

## **8. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

- 8.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do pregoeiro/agente de contratação, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados, conforme dispõe o artigo 71 da Lei n.º 14.133/2021.
- 8.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.
- 8.1.2. O julgamento das propostas de preços será pelo critério do MENOR PREÇO GLOBAL DO GRUPO/LOTE (devendo ser observados os valores máximos por item), sendo declarada vencedora a Licitante que apresentar o Menor Preço e que atender a todos os requisitos e exigências do certame.
- 8.1.3. À contratação que se pretende não se aplica a adjudicação por item, por existir o entendimento de que o agrupamento de itens similares ou correlatos para melhor realização do objeto gera vantagem significativa a administração. Isso porque, os serviços aqui listados guardam relação entre si, além disso, a adjudicação por preço global do grupo proporcionará economia de escala e o fato de lidar

com uma quantidade reduzida de prestadores de serviço diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação, e ainda não compromete o ganho em economia de escala.

8.1.4. Além disso, ao considerar que o objeto possui pequenas quantidades em relação aos itens, há valores significativamente baixo para que o fornecedor tenha interesse em concorrer fato que possivelmente tornaria a licitação desinteressante para o mercado, a adjudicação por preço global não só atrairá mais licitantes, como também possibilitará redução do preço de escala.

8.1.5. Também sob a perspectiva técnica da área, impende lançar luzes sobre a centralização da responsabilidade, por ser o mais adequado não apenas em vista do acompanhamento de problemas e soluções, mas, sobretudo, em termos de facilitar a verificação das suas causas e atribuição de responsabilidade, de modo a aumentar o controle sobre a execução do objeto.

8.1.6. Por fim, cumpre salientar que não haverá dano aos princípios constitucionais que norteiam o procedimento e nem às demais legislações aplicáveis.

8.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **9. VIGÊNCIA**

9.1. O prazo de vigência da ata de registro de preço será de 06 meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme limite dispostos, nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, com eficácia após a publicação de seu extrato no PNCP.

9.2. A prorrogação é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

9.3. **Em caso de prorrogação da Ata de Registro de Preços, fica determinado que haverá a renovação do quantitativo inicialmente registrado.**

9.4. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

9.5. No caso de prorrogação da ata, os preços contratados poderão sofrer reajuste, aplicando-se o Índice Nacional de Preço ao Consumidor - INPC, mantido pelo IBGE, acumulado dos últimos doze meses, a contar da data de recebimento da proposta comercial atualizada.

9.6. No caso de o índice ficar negativo o valor do próximo período ficará inalterado.

## **10. FUNDAMENTAÇÃO E MODALIDADE LICITATORIA**

10.1. A prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência obedecerá ao disposto na Lei nº 14.133 de 01/04/2021 e no Decreto nº 10.024/19 de 20/09/19, como demais normas regulamentadoras e suas alterações.

10.2. Pelo fato do objeto ter características comuns, uma vez que a caracterização dos produtos e serviços enseja definições objetivas com base em especificações de serviços de mercado, obrigatoriamente deve ser adotada a modalidade pregão na forma eletrônica, pelo critério do Menor Preço.

## **11. FISCALIZAÇÃO**

11.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, conforme disposto na Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput.

11.2. Ao Contratante reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços/itens fornecidos em desacordo com o estabelecido no presente Termo de Referência.

11.3. A fiscalização exercida pelo Fiscal do Contratante não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da Contratada pela completa e perfeita execução dos itens deste Termo de Referência.

## **12. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

12.1. Os recursos orçamentários necessários ao atendimento do objeto deste Termo de Referência correrão pelo Orçamento do Coren-AL.

## **13. PROPOSTA DE PREÇO**

13.1. A proponente deverá apresentar proposta de preço por grupos, formados por itens,

conforme tabela constante no item 14 deste Termo de Referência.

13.2. Não será aceito o grupo da proposta que não tiverem os preços em todos os itens que o compõem.

13.3. Todos os preços unitários e totais devem estar no mínimo dentro do valor estimado, o que deve ser observado e será exigido.

13.4. Os preços dos itens/serviços deverão ser expressos em Reais, conter todos os tributos e encargos decorrentes do fornecimento, sendo vedada a cobrança adicional de valores referentes a taxas de administração ou quaisquer outras despesas e **serão fixos e irredutíveis**;

13.5. Na proposta deverão ser apresentadas, ainda, quaisquer outras informações afins, que a proponente julgar necessárias ou convenientes.

13.6. A proposta deverá ter prazo de validade de no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;

13.7. Além disso, deverá conter especificação clara e completa do objeto ofertado, devendo ser observadas as especificações constantes deste Termo e seu item 14, sem conter alternativa de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;

13.8. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, os preços devem estar compatíveis com os preços praticados mercado, conforme estimativa de preço elaborada pela administração.

#### 14. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

14.1. O valor estimado da contratação é:

##### Lote 01

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	Flanela para limpeza, 100 % algodão, na cor Amarela, medindo NO MINIMO 40x25cm.	UN	100	R\$5,12	R\$ 512,00
2	Saco de pano alvejado, material algodão, para limpeza de chão, medindo no mínimo aproximadamente 60x90cm.	UN	200	R\$13,47	R\$ 2.694,00
3	Pano de prato, algodão cru, 60 x 40 cm, branco, absorvente, lavável e durável.	UN	100	R\$4,45	R\$ 445,00
4	Pano multiuso pra pia com tamanho aproximado 24x35cm, composição 70% celulose e 30% poliéster, super absorvente, lavável e reutilizável, pacote com 5 unidades.	UN	100	R\$7,32	R\$ 732,00
VALOR TOTAL				R\$ 4.383,00	

##### Lote 02

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VL. UNIT	VL. TOTAL
5	Sabonete Líquido Gel, Cristal, Refil no mínimo 800ml.	UN	240	R\$13,98	R\$ 3.355,20
6	Detergente líquido neutro para louça. a) Composição: Tensoativos aniônicos, glicerina, sequestrante, conservantes, espessante, corante, fragrância e água; b) Componente ativo: linear alquil benzeno sulfonato sódio, contendo tensoativo biodegradável; c) Validade: Prazo de no mínimo 12 meses da data da entrega; e d) Embalagem: Frasco contendo 500ml. Constar na embalagem a marca, validade, composição e dados do fabricante.	UN	300	R\$3,90	R\$ 1.170,00
7	Sabonete líquido com ação espumante, com ingredientes umectantes e emolientes, alto rendimento, bactericida/germicida, Biodegradável (Fragrâncias diversas). Galão de 5 litros	UN	100	R\$44,51	R\$ 4.451,00
8	Sabão em Pó biodegradável, composição: Tensoativo Aniônico, Alcalinizante, Sequestrante, Carga, Coadjuvantes, Branqueador Óptico, Fragrância e Água	kg	300	R\$9,91	R\$ 2.973,00



9	Sabão em barra, amarelo, glicerinado, com 200g, Embalagem com 05 unidades	UN	100	R\$9,81	R\$ 981,00
10	Limpa Alumínio: detergente desincrustante com PH ácido. recomendado para limpeza e desincrustação de superfícies e utensílios de alumínio. Age também como um desengordurante e desincrustante; biodegradável, composição: Dodecilbenzeno sulfonato de sódio, nonil fenol etoxilado, corante e veículo. Embalagem de 500 ml.	UN	500	R\$6,83	R\$ 3.415,00
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$ 16.346,20</b>	

### **Lote 03**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VL. UNIT	VL. TOTAL
11	Esponja de lã de aço, composição de aço carbono, para limpeza de materiais e vidro, azulejos, pisos, cerâmicas, etc. Contendo 08 unidades com 60g.	UN	96	R\$11,17	R\$ 1.072,32
12	<b>Esponja para limpeza dupla face</b> a) Tipo: Dupla face, com bactericida na cor verde/amarela; b) Material: Fabricada com poliuretano e fibra sintética; c) Medidas: Aproximadamente 102mm x 69mm x 28mm em formato retangular com variação de até 10% de oscilação nas medidas; e d) Embalagem: Acondicionado individualmente ou pacote com 5 unidades e constar na embalagem a marca e dados do fabricante	UN	300	R\$3,58	R\$ 1.074,00
13	Luva de Látex sem forro, cano longo, dupla face, lisa e antiaderente, embalada em par. Tamanho M.	UN	150	R\$6,70	R\$ 1.005,00
14	Tapete para porta emborrachado de qualidade excelente, antiderrapante, medidas aproximadas: 45x65cm, Material: Superfície 100% Poliamida e Base 100% Látex, Características: Sem estampa, Emborrachado e Antiderrapante.	UN	10	R\$25,82	R\$ 258,20
15	Álcool Gel embalagem plástica com 500 ml, com validade mínima de 12 meses.	UN	100	R\$8,15	R\$ 815,00
16	Álcool comum, 96 graus, em embalagem plástica de 1 Litro, 92.8% I.N.P.M. Etílico hidratado.	UN	100	R\$10,36	R\$ 1.036,00
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$ 5.260,82</b>	

### **Lote 04**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VL. UNIT	VL. TOTAL
17	<b>Saco de lixo reforçado 100L</b> a) Tipo: Saco de lixo para uso doméstico; b) Quantidade: 100 unidades por pacote; c) Material: Polietileno reforçado; d) Capacidade: 100 litros; e) Medidas: Aproximadamente 75cm x 105cm; f) Espessura: No mínimo 10 micras; e g) Embalagem: Deve conter informações do fabricante e do produto	PCT	200	R\$33,29	R\$ 6.658,00
18	<b>Saco de lixo reforçado 30L</b> a) Tipo: Saco de lixo para uso doméstico; b) Quantidade: 100 unidades por pacote; c) Material: Polietileno reforçado; d) Capacidade: 30 litros; e) Medidas: Aproximadamente 40cm x 60cm; f) Espessura: No mínimo 5 micras; e g) Embalagem: Deve conter informações do fabricante e do produto.	PCT	200	R\$23,27	R\$ 4.654,00

19	Lixeira com pedal e tampa, capacidade de 15 litros, formato cilíndrico, material aço inox, com acabamento polido. Altura aproximada de 40 cm. Elevação com pedal emborrachado. Tampa com 100% de vedação quando estiver fechada. com balde interno removível. com alça para transporte	UN	100	R\$ 169,41	R\$ 16.941,00
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$ 28.253,00</b>	

#### Lote 05

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VL. UNIT	VL. TOTAL
20	Vassoura com cerdas tipo Piaçava nº 05, com cabo.	UN	40	R\$25,74	R\$ 1.029,60
21	Vassoura com cerda de pelo sintético com cabo rosqueável e madeira com no mínimo 1,20 m com revestimento plástico, base retangular com no mínimo 30 cm comprimento e altura mínima da base de 3,0cm, contendo a marca do fabricante. Referência para qualidade do produto: Lady, equivalente ou de melhor qualidade.	UN	40	R\$13,27	R\$ 530,80
22	Vassoura de nylon, plástico 40 cm, mínimo 5 cm, com cabo.	UN	40	R\$24,03	R\$ 961,20
23	Pá para Lixo, com cabo sintético longo, com ponteira para facilitar o recolhimento do lixo. Referência para qualidade do produto: Condor, equivalente ou de melhor qualidade.	UN	50	R\$27,58	R\$ 1.379,00
24	Escova sanitária, med.: 34 x 8 cm, cerdas crespas de nylon em formato circular, resistente e durável, <b>com suporte</b> , para limpeza de vaso sanitário	UN	30	R\$9,65	R\$ 289,50
25	<b>Rodo 60 cm com cabo.-</b> Material Cabo: Madeira, Cepa: Em polipropileno, medindo aproximadamente 60cm x5cm x 2.5cm com dentes plásticos para segurar o pano e Borracha: Dupla em EVA resistente e espessura de pelo menos 8mm.	UN	40	R\$18,55	R\$ 742,00
26	<b>Rodo 40 cm, sem cabo</b> a) Tipo de cabo: SEM CABO apenas Cepa. b) Cepa: Em polipropileno, medindo aproximadamente 40cm x5cm x 2.5cm com dentes plásticos para segurar o pano; e c) Borracha: Dupla em EVA resistente espessura de pelo menos 8mm	UN	40	R\$12,25	R\$ 490,00
27	<b>Rodo de pia.</b> Material Cabo: Plástico. Material Suporte: Plástico. Comprimento Suporte: 20 CM. Cor: Suporte E Cabo Natural FL. Quantidade Borrachas: 2 UM. Características Adicionais: Cabo Com Rosca MM. Unidade	UN	10	R\$9,36	R\$ 93,60
28	MOP seco/pó retangular 60 cm Conjunto completo fornecido com: Cabo alumínio anodizado extensível até 140cm. Armação dobrável em polipropileno e aço galvanizado Luva composta por fios 100% acrílicos que permitem estática natural com resultado superior na retenção de partículas	UN	10	R\$95,53	R\$ 955,30
29	Refil para Mop pó, na cor azul, material acrílico, 60 cm x 30 cm.	UN	100	R\$43,30	R\$ 4.330,00
30	<b>Balde Material:</b> Pvc. Tamanho: Médio. Material Alça: Arame Galvanizado. Capacidade: 12 L. Cor: Preta. Aplicação: Uso Geral. Unidade.	UN	30	R\$12,54	R\$ 376,20
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$ 11.177,20</b>	

#### Lote 06

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VL. UNIT	VL. TOTAL

31	Água Sanitária, composta de solução aquosa à base de cloro, hipoclorito de sódio, hidróxido água e essência; teor de cloro ativo 2,0% a 2,5%, em frasco plástico com 5 Litros,, Validade: com validade de 6 (seis) meses a contar da entrega, produto sujeito a verificação no ato da entrega (atendendo a RDC nº 55/2009 ANVISA).	UN	200	R\$12,89	R\$ 2.578,00
32	Limpa-Vidro, aspecto físico líquido, composição lauril éter, sulfato de sódio, frasco com 500 ml, características adicionais pulverizadora <b>com gatilho</b> , validade mínima de 03 (três) anos.	UN	200	R\$25,83	R\$ 5.166,00
33	Pastilha Adesiva Sanitária, para ser usada na parede do vaso sanitário, composição: Alfa-Olefina Sulfonato de Sódio, Bicarbonato de Sódio, Detergente Aniônico, Coadjuvantes, Fragrância e Corantes, duração pelo menos 150 descargas, fragrâncias variadas, embalagem com 3 unidades.	UN	1000	R\$10,48	R\$10.480,00
34	Odorizador de Ambiente, tipo Aerosol, fragrâncias variadas que eliminam os odores desagradáveis, Frasco de alumínio, tamanho mínimo de 6 cm de Largura e 26,5 cm de Altura, com capacidade de 360ml, Ingredientes: Emulsificante, antioxidante, fragrância, veículo e propelentes, validade 24 meses.	UN	200	R\$16,69	R\$ 3.338,00
35	Limpador instantâneo multiuso:(qualidade igual ou superior a Veja ou Ajax) Desengordurante de uso doméstico: Indicado para Cozinha, Composição: Lauramina oxida, lauril éter sulfato de sódio, alcalinizante, coadjuvantes, conservante, fragrância e água. Frasco com 500 ml. a) Validade: Prazo de no mínimo 24 meses da data da entrega; e Constar na embalagem a marca, validade, composição e dados do fabricante	UN	300	R\$9,06	R\$ 2.718,00
36	Lustra móveis com brilho intenso e seco, perfume de longa duração, proteção contra manchas d'água, frasco c/ 500 ml, fragrâncias: jasmim e lavanda.	UN	250	R\$15,15	R\$ 3.787,50
37	Limpador sanitário (desinfetante germicida) com bico aplicador direcional par maior alcance, para limpeza profunda de vaso sanitário, elimina machas, limpa, desinfeta com agradável fragrância, frasco de 500 ml	UN	100	R\$12,19	R\$ 1.219,00
38	Desinfetante para uso geral, com ação bactericida e germicida, limpa, desinfeta e perfuma, pH neutro, agradáveis fragrâncias (Cítrico, lavanda, Flores do campo, Talco, etc..), para limpeza diária com no mínimo 12 horas de duração do perfume. Galão contendo 5 litros.	UN	150	R\$13,55	R\$ 2.032,50
39	<b>Soda Cáustica</b> cristalizada em escamas	KG	20	R\$27,91	R\$ 558,20
40	Inseticida. Tipo: Líquido. Aplicação: Uso Doméstico. Embalagem com 500ml.	UN	30	R\$24,82	R\$ 744,60
41	<b>Multi-Inseticida aerossol</b> eficiente para matar mosquitos, pernilongos, muriçocas, carapanãs, moscas, baratas, aranhas e pulgas. a) Composição: transflutrina 0,02%, emulsificantes, solventes e propelente, principio ativo transflutrina; b) Validade: Prazo de no mínimo 20 meses da data da entrega; e c) Embalagem: Frasco contendo 380ml. Constar na embalagem a marca, validade	UN	100	R\$17,13	R\$ 1.713,00
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$ 34.334,80</b>	

#### Item 42

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VL. UNIT	VL. TOTAL

42	<b>Tampa para vaso sanitário acoplado semi oval:</b>	UN	40	R\$54,10	R\$2.164,00
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Marca: Compatível com a marca do vaso sanitário DECA</li> <li>• Formato: Oval Universal</li> <li>• Tipo de fechamento: Comum</li> <li>• Dimensões: Compatível com as do Vaso Sanitário.</li> <li>• Distância entre furos: 0,15 m Largura: 38,0 cm</li> <li>• Comprimento: 45,0 cm Altura: 5,0 cm</li> <li>• Material: Polipropileno e injetado de alta durabilidade.</li> <li>• Cor: Branco gelo com acabamento esmaltado</li> <li>• Material das dobradiças: Plástico PVC Especificação do tipo: Rígido</li> <li>• Garantia do fabricante</li> </ul>				

## 15. HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

14.1 A habilitação das licitantes deverá ser verificada por meio do Sicaf (habilitação parcial) e da documentação complementar especificada neste Termo de Referência.

14.2 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### 14.2.1 Habilitação jurídica

14.2.1.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional; Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

14.2.1.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor>;

14.2.1.3 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

14.2.1.4 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

14.2.1.5 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

14.2.1.6 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

14.2.1.7 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

14.2.1.8 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 14.2.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista

14.2.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

14.2.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão

expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

14.2.2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

14.2.2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

14.2.2.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, distrital ou municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

14.2.2.6 Prova de regularidade com a Fazenda estadual, distrital ou municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

14.2.2.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais, distritais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

14.2.2.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **14.2.3 Qualificação Econômico-Financeira**

14.2.3.1 certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

14.2.3.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

#### **14.2.4 Qualificação Técnica**

14.2.4.1 A qualificação técnica dar-se-á por meio da comprovação de execução de atividades pertinente e compatível com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em conformidade com o art. 67 da Lei nº 14.133/2021. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

14.2.4.2 A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

14.2.4.3 Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

14.2.4.4 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

### **16. ACRESCIMOS E SUPRESSÕES**

15.1 No interesse do Coren, o valor inicial atualizado da contratação poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de vinte e cinco por cento 25% (vinte e cinco por cento), consoante o disposto no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.2 A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários.

15.3 Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta cláusula, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.

## 17. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

16.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra empresa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos neste termo, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto deste termo, e ainda haja anuência do contratante à continuidade do contrato.

## 18. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

17.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

17.1.1. A Contratada deverá orientar seus empregados quanto às boas práticas de otimização de recursos, dando ênfase ao uso racional de energia elétrica e água, assim como orientar seus empregados para colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos do órgão.

17.1.2 Deverão ser observadas em todas as fases do procedimento licitatório as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, bem como a apresentação de documentos somente por meio eletrônico, não sendo necessário o envio de documentos físicos à Contratante.

## 19. SUBCONTRATAÇÃO

19.1. Na execução do contrato é permitida a subcontratação parcial do objeto, com fundamento no art. 122 da Lei n. 14.133/21, desde que haja prévia autorização da administração.

## 20. DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Os serviços especificados neste Termo de Referência não excluem similares que porventura se façam necessários para a sua boa execução.

20.2. Por se tratar de serviço de baixa complexidade, entende-se que não deve ser solicitada garantia de execução contratual.

20.3. É proibida, por parte da Contratada, durante a vigência do contrato, a contratação de empregado pertencente ao quadro de colaboradores do Coren.

20.4. A Contratada fica proibida de veicular publicidade acerca do objeto do Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do Coren;

20.5. O Contratante se reserva o direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução dos serviços, mediante pagamento único e exclusivo dos trabalhos já executados, por ajuste entre as partes interessadas, dos materiais existentes no local dos serviços, e a ele destinados.

20.6. O presente Termo de Referência foi elaborado com base nos de modelos de minutas padronizados de Termos de Referência da Advocacia-Geral União (Art. 19, IV e § 2º, da Lei 14133/21).

20.7. Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 entende que as informações contidas no presente **TERMO DE REFERENCIA DEVERÃO ESTAR DISPONÍVEIS** para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas

**Arthur Maia Paiva Junior**  
**Chefe do Departamento Administrativo Coren AI**



Documento assinado eletronicamente por **ARTHUR MAIA PAIVA JUNIOR - Matr. 39**, **Pregoeiro(a)**, em 16/03/2026, às 11:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.cofen.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.cofen.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1586407** e o código CRC **56015FB0**.

---

Avenida Moreira e Silva, 430, - Bairro Farol, Maceió/AL

CEP 57051-500 Telefone: (82) 3221-4118

- <https://corenalagoas.org.br>

---

**Referência:** Processo nº 00198.001127/2025-42

SEI nº 1586407

## ANEXO II – MODELO DE PROPOSTAS

### Lote 01

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	Marca	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	Flanela para limpeza, 100 % algodão, na cor Amarela, medindo NO MINIMO 40x25cm.	UN	100			
2	Saco de pano alvejado, material algodão, para limpeza de chão, medindo no mínimo aproximadamente 60x90cm.	UN	200			
3	Pano de prato, algodão cru, 60 x 40 cm, branco, absorvente, lavável e durável.	UN	100			
4	Pano multiuso pra pia com tamanho aproximado 24x35cm, composição 70% celulose e 30% poliéster, super absorvente, lavável e reutilizável, pacote com 5 unidades.	UN	100			
VALOR TOTAL						

### Lote 02

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	Marca	VL. UNIT	VL. TOTAL
5	Sabonete Líquido Gel, Cristal, Refil no mínimo 800ml.	UN	240			
6	Detergente líquido neutro para louça. a) Composição: Tensoativos aniônicos, glicerina, sequestrante, conservantes, espessante, corante, fragrância e água; b) Componente ativo: linear alquil benzeno sulfonato sódio, contendo tensoativo biodegradável; c) Validade: Prazo de no mínimo 12 meses da data da entrega; e d) Embalagem: Frasco contendo 500ml. Constar na embalagem a marca, validade, composição e dados do fabricante.	UN	300			
7	Sabonete líquido com ação espumante, com ingredientes umectantes e emolientes, alto rendimento, bactericida/germicida, Biodegradável (Fragrâncias diversas). Galão de 5 litros	UN	100			
8	Sabão em Pó biodegradável, composição: Tensoativo Aniônico, Alcalinizante, Sequestrante, Carga, Coadjuvantes, Branqueador Óptico, Fragrância e Água	kg	300			
9	Sabão em barra, amarelo, glicerinado, com 200g, Embalagem com 05 unidades	UN	100			



10	Limpa Alumínio: detergente desincrustante com PH ácido. recomendado para limpeza e desincrustação de superfícies e utensílios de alumínio. Age também como um desengordurante e desincrustante; biodegradável, composição: Dodecilbenzeno sulfonato de sódio, nonil fenol etoxilado, corante e veículo. Embalagem de 500 ml.	UN	500			
VALOR TOTAL						

Lote 03

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	Marca	VL. UNIT	VL. TOTAL
11	Esponja de lã de aço, composição de aço carbono, para limpeza de materiais e vidro, azulejos, pisos, cerâmicas, etc. Contendo 08 unidades com 60g.	UN	96			
12	Esponja para limpeza dupla face a) Tipo: Dupla face, com bactericida na cor verde/amarela; b) Material: Fabricada com poliuretano e fibra sintética; c) Medidas: Aproximadamente 102mm x 69mm x 28mm em formato retangular com variação de até 10% de oscilação nas medidas; e d) Embalagem: Acondicionado individualmente ou pacote com 5 unidades e constar na embalagem a marca e dados do fabricante	UN	300			
13	Luva de Látex sem forro, cano longo, dupla face, lisa e antiaderente, embalada em par. Tamanho M.	UN	150			
14	Tapete para porta emborrachado de qualidade excelente, antiderrapante, medidas aproximadas: 45x65cm, Material: Superfície 100% Poliamida e Base 100% Látex, Características: Sem estampa, Emborrachado e Antiderrapante.	UN	10			
15	Álcool Gel embalagem plástica com 500 ml, com validade mínima de 12 meses.	UN	100			
16	Álcool comum, 96 graus, em embalagem plástica de 1 Litro, 92.8% I.N.P.M. Etílico hidratado.	UN	100			
VALOR TOTAL						

Lote 04

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	Marca	VL. UNIT	VL. TOTAL
17	Saco de lixo reforçado 100L a) Tipo: Saco de lixo para uso doméstico; b) Quantidade: 100 unidades por pacote;	PCT	200			

	c) Material: Polietileno reforçado; d) Capacidade: 100 litros; e) Medidas: Aproximadamente 75cm x 105cm; f) Espessura: No mínimo 10 micras; e g) Embalagem: Deve conter informações do fabricante e do produto					
18	Saco de lixo reforçado 30L a) Tipo: Saco de lixo para uso doméstico; b) Quantidade: 100 unidades por pacote; c) Material: Polietileno reforçado; d) Capacidade: 30 litros; e) Medidas: Aproximadamente 40cm x 60cm; f) Espessura: No mínimo 5 micras; e g) Embalagem: Deve conter informações do fabricante e do produto.	PCT	200			
19	Lixeira com pedal e tampa, capacidade de 15 litros, formato cilíndrico, material aço inox, com acabamento polido. Altura aproximada de 40 cm. Elevação com pedal emborrachado. Tampa com 100% de vedação quando estiver fechada. com balde interno removível. com alça para transporte	UN	100			
VALOR TOTAL						

#### Lote 05

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	Marca	VL. UNIT	VL. TOTAL
20	Vassoura com cerdas tipo Piaçava nº 05, com cabo.	UN	40			
21	Vassoura com cerda de pelo sintético com cabo rosqueável e madeira com no mínimo 1,20 m com revestimento plástico, base retangular com no mínimo 30 cm comprimento e altura mínima da base de 3,0cm, contendo a marca do fabricante. Referência para qualidade do produto: Lady, equivalente ou de melhor qualidade.	UN	40			
22	Vassoura de nylon, plástico 40 cm, mínimo 5 cm, com cabo.	UN	40			
23	Pá para Lixo, com cabo sintético longo, com ponteira para facilitar o recolhimento do lixo. Referência para qualidade do produto: Condor, equivalente ou de melhor qualidade.	UN	50			
24	Escova sanitária, med.: 34 x 8 cm, cerdas crespas de nylon em formato circular, resistente e durável, <u>com suporte</u> , para limpeza de vaso sanitário	UN	30			

25	Rodo 60 cm com cabo.- Material Cabo: Madeira, Cepa: Em polipropileno, medindo aproximadamente 60cm x5cm x 2.5cm com dentes plásticos para segurar o pano e Borracha: Dupla em EVA resistente e espessura de pelo menos 8mm.	UN	40			
26	Rodo 40 cm, sem cabo a) Tipo de cabo: SEM CABO apenas Cepa. b) Cepa: Em polipropileno, medindo aproximadamente 40cm x5cm x 2.5cm com dentes plásticos para segurar o pano; e c) Borracha: Dupla em EVA resistente espessura de pelo menos 8mm	UN	40			
27	Rodo de pia. Material Cabo: Plástico. Material Suporte: Plástico. Comprimento Suporte: 20 CM. Cor: Suporte E Cabo Natural FL. Quantidade Borrachas: 2 UM. Características Adicionais: Cabo Com Rosca MM. Unidade	UN	10			
28	MOP seco/pó retangular 60 cm Conjunto completo fornecido com: Cabo alumínio anodizado extensível até 140cm. Armação dobrável em polipropileno e aço galvanizado Luva composta por fios 100% acrílicos que permitem estática natural com resultado superior na retenção de partículas	UN	10			
29	Refil para Mop pó, na cor azul, material acrilico, 60 cm x 30 cm.	UN	100			
30	Balde Material: Pvc. Tamanho: Médio. Material Alça: Arame Galvanizado. Capacidade: 12 L. Cor: Preta. Aplicação: Uso Geral. Unidade.	UN	30			
VALOR TOTAL						

Lote 06

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	Marca	VL. UNIT	VL. TOTAL
31	Água Sanitária, composta de solução aquosa à base de cloro, hipoclorito de sódio, hidróxido água e essência; teor de cloro ativo 2,0% a 2,5%, em frasco plástico com 5 Litros,, Validade: com validade de 6 (seis) meses a contar da entrega, produto sujeito a verificação no ato da entrega (atendendo a RDC nº 55/2009 ANVISA).	UN	200			

32	Limpa-Vidro, aspecto físico líquido, composição lauril éter, sulfato de sódio, frasco com 500 ml, características adicionais pulverizadora <u>com gatilho</u> , validade mínima de 03 (três) anos.	UN	200			
33	Pastilha Adesiva Sanitária, para ser usada na parede do vaso sanitário, composição: Alfa-Olefina Sulfonato de Sódio, Bicarbonato de Sódio, Detergente Aniônico, Coadjuvantes, Fragrância e Corantes, duração pelo menos 150 descargas, fragrâncias variadas, embalagem com 3 unidades.	UN	1000			
34	Odorizador de Ambiente, tipo Aerosol, fragrâncias variadas que eliminam os odores desagradáveis, Frasco de alumínio, tamanho mínimo de 6 cm de Largura e 26,5 cm de Altura, com capacidade de 360ml, Ingredientes: Emulsificante, antioxidante, fragrância, veículo e propelentes, validade 24 meses.	UN	200			
35	Limpador instantâneo multiuso:(qualidade igual ou superior a Veja ou Ajax) Desengordurante de uso doméstico: Indicado para Cozinha, Composição: Lauramina oxida, lauril éter sulfato de sódio, alcalinizante, coadjuvantes, conservante, fragrância e água. Frasco com 500 ml.  a) Validade: Prazo de no mínimo 24 meses da data da entrega; e Constar na embalagem a marca, validade, composição e dados do fabricante	UN	300			
36	Lustra móveis com brilho intenso e seco, perfume de longa duração, proteção contra manchas d'água, frasco c/ 500 ml, fragrâncias: jasmim e lavanda.	UN	250			
37	Limpador sanitário (desinfetante germicida) com bico aplicador direcional par maior alcance, para limpeza profunda de vaso sanitário, elimina manchas, limpa, desinfeta com agradável fragrância, frasco de 500 ml	UN	100			
38	Desinfetante para uso geral, com ação bactericida e germicida, limpa, desinfeta e perfuma, pH neutro, agradáveis fragrâncias (Cítrico, lavanda, Flores do campo, Talco, etc..), para limpeza diária com no mínimo 12 horas de duração do perfume. Galão contendo 5 litros.	UN	150			
39	Soda Cáustica cristalizada em escamas	KG	20			
40	Inseticida. Tipo: Líquido. Aplicação: Uso Doméstico. Embalagem com 500ml.	UN	30			
41	Multi-Inseticida aerossol eficiente para matar mosquitos, pernilongos, muriçocas, carapanãs, moscas, baratas, aranhas e pulgas.  a) Composição: transflutrina 0,02%, emulsificantes, solventes e propelente, principio ativo transflutrina;	UN	100			

b) Validade: Prazo de no mínimo 20 meses da data da entrega; e  c) Embalagem: Frasco contendo 380ml. Constar na embalagem a marca, validade					
VALOR TOTAL					

Item 42

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	Marca	VL. UNIT	VL. TOTAL
42	Tampa para vaso sanitário acoplado semi oval: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Marca: Compatível com a marca do vaso sanitário DECA</li> <li>• Formato: Oval Universal</li> <li>• Tipo de fechamento: Comum</li> <li>• Dimensões: Compatível com as do Vaso Sanitário.</li> <li>• Distância entre furos: 0,15 m Largura: 38,0 cm</li> <li>• Comprimento: 45,0 cm Altura: 5,0 cm</li> <li>• Material: Polipropileno e injetado de alta durabilidade.</li> <li>• Cor: Branco gelo com acabamento esmaltado</li> <li>• Material das dobradiças: Plástico PVC Especificação do tipo: Rígido</li> <li>• Garantia do fabricante</li> </ul>	UN	40			

- No preço acima proposto, estão inclusos todos os custos necessários para a prestação dos serviços, objeto do Pregão em referência, como todas as despesas com mão-de-obra a ser utilizada, bem como todos os tributos, fretes, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas ou quaisquer outras despesas que incidam ou venham incidir sobre o objeto desta licitação, e que influenciem na formação dos preços desta Proposta.
- Os serviços, objeto desta proposta, terão início na data da assinatura do contrato e serão realizados de acordo com as condições e prazos estabelecidos no Edital de licitação – Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_ (SRP) e seus anexos.
- O prazo de validade da proposta é de XX dias, contados da data de abertura do Pregão nº \_\_\_\_\_ (SRP). (Não poderá ser inferior a 60 dias)

**DADOS DA EMPRESA**

**RAZÃO SOCIAL:**

**CNPJ:**

**ENDEREÇO:**

**BAIRRO:**

**CIDADE:**

**UF:**

**CEP:**

**TELEFONE COMERCIAL:**

**CELULAR:**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:**

**RESPONSÁVEL PARA CONTATO:**

**BANCO:**

**AGÊNCIA:**

**C/C:**

---

Local, data, nome e assinatura do responsável legal

## MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº 00198.001127/2025-42

### ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº **XX/XXXX**

**Validade da Ata:** **XX** meses

O Conselho Regional de Enfermagem de Alagoas entidade fiscalizadora do exercício profissional ex vi da Lei nº 5.905, de 12/07/1973, com sede na Avenida Moreira e Silva, nº 430, Farol, Maceió-AL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.768.671/0001-58, neste ato representado pelo sua Presidente Dra. [REDACTED], brasileira, enfermeira, portadora da carteira COREN/AL [REDACTED], e por seu Tesoureiro(a) Dr. [REDACTED], brasileiro(a), Técnico(a) de Enfermagem, portador(a) da carteira profissional COREN/AL [REDACTED], considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202..... publicada no Diário Oficial da União (DOU) de ...../...../202....., Processo Administrativo nº xxxxxxxxxxxx, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

CONSIDERANDO a classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços em epígrafe, conforme Ata publicada em **XX/XX/XXXX**, homologada pela autoridade competente,

#### **RESOLVE:**

REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual contratação dos itens a seguir elencados, conforme Cláusulas abaixo e especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela **[DIGITE AQUI O NOME DA EMPRESA]**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **[digite aqui o CNPJ]**, estabelecida à **[digite aqui o endereço completo da empresa]**, neste ato representada pelo Senhor(a) **[digite aqui o nome]**, **[nacionalidade]**, **[estado civil]**, **[profissão]**, portador da Carteira de Identidade nº **[digite aqui o número com a Unidade da Federação]** e do CPF nº **[digite aqui o número]**, cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no Grupo **XX** do certame.

#### **1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto **[digite aqui o objeto da contratação]**, conforme especificações e condições constantes no Edital e anexos e, ainda, a documentação, as propostas de preços, os lances apresentados pelo licitante classificado em primeiro lugar.

Grupo/Itens registrados – Da especificação e do quantitativo a ser fornecido:

##### Lote 01

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	Marca	VL. UNIT.	VL. TOTAL
------	-----------	-----	-----	-------	--------------	--------------

1	Flanela para limpeza, 100 % algodão, na cor Amarela, medindo NO MINIMO 40x25cm.	UN	100			
2	Saco de pano alvejado, material algodão, para limpeza de chão, medindo no mínimo aproximadamente 60x90cm.	UN	200			
3	Pano de prato, algodão cru, 60 x 40 cm, branco, absorvente, lavável e durável.	UN	100			
4	Pano multiuso pra pia com tamanho aproximado 24x35cm, composição 70% celulose e 30% poliéster, super absorvente, lavável e reutilizável, pacote com 5 unidades.	UN	100			
<b>VALOR TOTAL</b>						

#### **Lote 02**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	Marca	VL. UNIT	VL. TOTAL
5	Sabonete Líquido Gel, Cristal, Refil no mínimo 800ml.	UN	240			
6	Detergente líquido neutro para louça. a) Composição: Tensoativos aniônicos, glicerina, sequestrante, conservantes, espessante, corante, fragrância e água; b) Componente ativo: linear alquil benzeno sulfonato sódio, contendo tensoativo biodegradável; c) Validade: Prazo de no mínimo 12 meses da data da entrega; e d) Embalagem: Frasco contendo 500ml. Constar na embalagem a marca, validade, composição e dados do fabricante.	UN	300			
7	Sabonete líquido com ação espumante, com ingredientes umectantes e emolientes, alto rendimento, bactericida/germicida, Biodegradável (Fragrâncias diversas). Galão de 5 litros	UN	100			
8	Sabão em Pó biodegradável, composição: Tensoativo Aniônico, Alcalinizante, Sequestrante, Carga, Coadjuvantes, Branqueador Óptico, Fragrância e Água	kg	300			
9	Sabão em barra, amarelo, glicerinado, com 200g, Embalagem com 05 unidades	UN	100			
10	Limpa Alumínio: detergente desincrustante com PH ácido. recomendado para limpeza e desincrustação de superfícies e utensílios de alumínio. Age também como um desengordurante e desincrustante; biodegradável, composição: Dodecilbenzeno sulfonato de sódio, nonil fenol etoxilado, corante e veículo. Embalagem de 500 ml.	UN	500			
<b>VALOR TOTAL</b>						

#### **Lote 03**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	Marca	VL. UNIT	VL. TOTAL
11	Esponja de lã de aço, composição de aço carbono, para limpeza de materiais e vidro, azulejos, pisos, cerâmicas, etc. Contendo 08 unidades com 60g.	UN	96			
12	<b>Esponja para limpeza dupla face</b> a) Tipo: Dupla face, com bactericida na cor verde/amarela; b) Material: Fabricada com poliuretano e fibra sintética; c) Medidas: Aproximadamente 102mm x 69mm x 28mm em formato retangular com variação de até 10% de oscilação nas medidas; e d) Embalagem: Acondicionado individualmente ou pacote com 5 unidades e constar na embalagem a marca e dados do fabricante	UN	300			



13	Luva de Látex sem forro, cano longo, dupla face, lisa e antiaderente, embalada em par. Tamanho M.	UN	150			
14	Tapete para porta emborrachado de qualidade excelente, antiderrapante, medidas aproximadas: 45x65cm, Material: Superfície 100% Poliamida e Base 100% Látex, Características: Sem estampa, Emborrachado e Antiderrapante.	UN	10			
15	Álcool Gel embalagem plástica com 500 ml, com validade mínima de 12 meses.	UN	100			
16	Álcool comum, 96 graus, em embalagem plástica de 1 Litro, 92.8% I.N.P.M. Etílico hidratado.	UN	100			
<b>VALOR TOTAL</b>						

#### **Lote 04**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	Marca	VL. UNIT	VL. TOTAL
17	<b>Saco de lixo reforçado 100L</b> a) Tipo: Saco de lixo para uso doméstico; b) Quantidade: 100 unidades por pacote; c) Material: Polietileno reforçado; d) Capacidade: 100 litros; e) Medidas: Aproximadamente 75cm x 105cm; f) Espessura: No mínimo 10 micras; e g) Embalagem: Deve conter informações do fabricante e do produto	PCT	200			
18	<b>Saco de lixo reforçado 30L</b> a) Tipo: Saco de lixo para uso doméstico; b) Quantidade: 100 unidades por pacote; c) Material: Polietileno reforçado; d) Capacidade: 30 litros; e) Medidas: Aproximadamente 40cm x 60cm; f) Espessura: No mínimo 5 micras; e g) Embalagem: Deve conter informações do fabricante e do produto.	PCT	200			
19	Lixeira com pedal e tampa, capacidade de 15 litros, formato cilíndrico, material aço inox, com acabamento polido. Altura aproximada de 40 cm. Elevação com pedal emborrachado. Tampa com 100% de vedação quando estiver fechada. com balde interno removível. com alça para transporte	UN	100			
<b>VALOR TOTAL</b>						

#### **Lote 05**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	Marca	VL. UNIT	VL. TOTAL
20	Vassoura com cerdas tipo Piaçava nº 05, com cabo.	UN	40			
21	Vassoura com cerda de pelo sintético com cabo rosqueável e madeira com no mínimo 1,20 m com revestimento plástico, base retangular com no mínimo 30 cm comprimento e altura mínima da base de 3,0cm, contendo a marca do fabricante. Referência para qualidade do produto: Lady, equivalente ou de melhor qualidade.	UN	40			
22	Vassoura de nylon, plástico 40 cm, mínimo 5 cm, com cabo.	UN	40			
23	Pá para Lixo, com cabo sintético longo, com ponteira para facilitar o recolhimento do lixo. Referência para qualidade do produto: Condor, equivalente ou de melhor qualidade.	UN	50			

24	Escova sanitária, med.: 34 x 8 cm, cerdas crespas de nylon em formato circular, resistente e durável, <b>com suporte</b> , para limpeza de vaso sanitário	UN	30			
25	<b>Rodo 60 cm com cabo.-</b> Material Cabo: Madeira, Cepa: Em polipropileno, medindo aproximadamente 60cm x5cm x 2.5cm com dentes plásticos para segurar o pano e Borracha: Dupla em EVA resistente e espessura de pelo menos 8mm.	UN	40			
26	<b>Rodo 40 cm, sem cabo</b> a) Tipo de cabo: SEM CABO apenas Cepa. b) Cepa: Em polipropileno, medindo aproximadamente 40cm x5cm x 2.5cm com dentes plásticos para segurar o pano; e c) Borracha: Dupla em EVA resistente espessura de pelo menos 8mm	UN	40			
27	<b>Rodo de pia.</b> Material Cabo: Plástico. Material Suporte: Plástico. Comprimento Suporte: 20 CM. Cor: Suporte E Cabo Natural FL. Quantidade Borrachas: 2 UM. Características Adicionais: Cabo Com Rosca MM. Unidade	UN	10			
28	MOP seco/pó retangular 60 cm Conjunto completo fornecido com: Cabo alumínio anodizado extensível até 140cm. Armação dobrável em polipropileno e aço galvanizado Luva composta por fios 100% acrílicos que permitem estática natural com resultado superior na retenção de partículas	UN	10			
29	Refil para Mop pó, na cor azul, material acrílico, 60 cm x 30 cm.	UN	100			
30	<b>Balde Material:</b> Pvc. Tamanho: Médio. Material Alça: Arame Galvanizado. Capacidade: 12 L. Cor: Preta. Aplicação: Uso Geral. Unidade.	UN	30			
<b>VALOR TOTAL</b>						

#### **Lote 06**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	Marca	VL. UNIT	VL. TOTAL
31	Água Sanitária, composta de solução aquosa à base de cloro, hipoclorito de sódio, hidróxido água e essência; teor de cloro ativo 2,0% a 2,5%, em frasco plástico com 5 Litros,, Validade: com validade de 6 (seis) meses a contar da entrega, produto sujeito a verificação no ato da entrega (atendendo a RDC nº 55/2009 ANVISA).	UN	200			
32	Limpa-Vidro, aspecto físico líquido, composição lauril éter, sulfato de sódio, frasco com 500 ml, características adicionais pulverizadora <b>com gatilho</b> , validade mínima de 03 (três) anos.	UN	200			
33	Pastilha Adesiva Sanitária, para ser usada na parede do vaso sanitário, composição: Alfa-Olefina Sulfonato de Sódio, Bicarbonato de Sódio, Detergente Aniônico, Coadjuvantes, Fragrância e Corantes, duração pelo menos 150 descargas, fragrâncias variadas, embalagem com 3 unidades.	UN	1000			
34	Odorizador de Ambiente, tipo Aerosol, fragrâncias variadas que eliminam os odores desagradáveis, Frasco de alumínio, tamanho mínimo de 6 cm de Largura e 26,5 cm de Altura, com capacidade de 360ml, Ingredientes: Emulsificante, antioxidante, fragrância, veículo e propelentes, validade 24 meses.	UN	200			

35	Limpador instantâneo multiuso:(qualidade igual ou superior a Veja ou Ajax) Desengordurante de uso doméstico: Indicado para Cozinha, Composição: Lauramina oxidada, lauril éter sulfato de sódio, alcalinizante, coadjuvantes, conservante, fragrância e água. Frasco com 500 ml. a) Validade: Prazo de no mínimo 24 meses da data da entrega; e Constar na embalagem a marca, validade, composição e dados do fabricante	UN	300			
36	Lustra móveis com brilho intenso e seco, perfume de longa duração, proteção contra manchas d'água, frasco c/ 500 ml, fragrâncias: jasmim e lavanda.	UN	250			
37	Limpador sanitário (desinfetante germicida) com bico aplicador direcional par maior alcance, para limpeza profunda de vaso sanitário, elimina machas, limpa, desinfeta com agradável fragrância, frasco de 500 ml	UN	100			
38	Desinfetante para uso geral, com ação bactericida e germicida, limpa, desinfeta e perfuma, pH neutro, agradáveis fragrâncias (Cítrico, lavanda, Flores do campo, Talco, etc..), para limpeza diária com no mínimo 12 horas de duração do perfume. Galão contendo 5 litros.	UN	150			
39	<b>Soda Cáustica</b> cristalizada em escamas	KG	20			
40	Inseticida. Tipo: Líquido. Aplicação: Uso Doméstico. Embalagem com 500ml.	UN	30			
41	<b>Multi-Inseticida aerossol</b> eficiente para matar mosquitos, pernilongos, muriçocas, carapanãs, moscas, baratas, aranhas e pulgas. a) Composição: transflutrina 0,02%, emulsificantes, solventes e propelente, principio ativo transflutrina; b) Validade: Prazo de no mínimo 20 meses da data da entrega; e c) Embalagem: Frasco contendo 380ml. Constar na embalagem a marca, validade	UN	100			
<b>VALOR TOTAL</b>						

#### **Item 42**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	Marca	VL. UNIT	VL. TOTAL
42	<b>Tampa para vaso sanitário acoplado semi oval:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Marca: Compatível com a marca do vaso sanitário DECA</li> <li>• Formato: Oval Universal</li> <li>• Tipo de fechamento: Comum</li> <li>• Dimensões: Compatível com as do Vaso Sanitário.</li> <li>• Distância entre furos: 0,15 m Largura: 38,0 cm</li> <li>• Comprimento: 45,0 cm Altura: 5,0 cm</li> <li>• Material: Polipropileno e injetado de alta durabilidade.</li> <li>• Cor: Branco gelo com acabamento esmaltado</li> <li>• Material das dobradiças: Plástico PVC Especificação do tipo: Rígido</li> <li>• Garantia do fabricante</li> </ul>	UN	40			

1.2. **Nos valores apresentados pelas empresas devem estar inclusos todos os custos com impostos, nota fiscal, logística e taxas para fornecimento dos produtos e materiais**

1.3. **Este instrumento não obriga a CONTRATANTE a firmar contratações nas quantidades**

estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao fornecedor registrado a preferência, em igualdade de condições.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA RELAÇÃO DOS FORNECEDORES BENEFICIÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. Em decorrência das propostas e lances apresentados e homologados no certame licitatório, ficam registrados, para contratações futuras, os preços unitários e respectivos fornecedores classificados durante a sessão do pregão.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

## **4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O prazo de vigência da ata de registro de preço será de 12 meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme limite dispostos, nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, com eficácia após a publicação de seu extrato no PNCP.

4.2. A prorrogação é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

**4.3. Em caso de prorrogação da Ata de Registro de Preços, fica determinado que haverá a renovação do quantitativo inicialmente registrado.**

4.4. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

4.5. No caso de prorrogação da ata, os preços contratados poderão sofrer reajuste, aplicando-se o Índice Nacional de Preço ao Consumidor - INPC, mantido pelo IBGE, acumulado dos últimos doze meses, a contar da data de recebimento da proposta comercial atualizada.

4.6. No caso de o índice ficar negativo o valor do próximo período ficará inalterado.

## **5. CLÁUSULA QUINTA – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **5.2. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

5.2.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.2.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.2.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.2.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.2.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.2.4. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

6.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

6.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

6.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

6.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou 7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

6.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

6.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em

determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

6.4.1. Por razão de interesse público;

6.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

6.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES PARA O ACEITE DA NOTA DE EMPENHO**

7.1. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

7.2. Para cada fornecimento, a contratação formalizar-se-á mediante emissão de nota de empenho em nome da licitante que tenha firmado esta Ata de Registro de Preços e o titular do órgão ou entidade CONTRATANTE.

7.3. A licitante vencedora receberá, por escrito (e-mail ou fax), cópia da Nota de Empenho, para no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, promover o aceite, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.3.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor, por escrito, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceite pela CONTRATANTE.

7.4. Em cada fornecimento decorrente desta Ata serão observadas, quanto ao preço unitário, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão que a precedeu e que integra o presente instrumento de compromisso.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO**

8.1. O preço consignado no contrato será o registrado nesta Ata, conforme registrado no resultado do Pregão Eletrônico.

## **9. CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

9.1. Os serviços serão recebidos na forma do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO**

10.1. O pagamento dar-se-á na forma do edital e do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES**

11.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

11.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

11.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

11.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 6.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor

11.4. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013),

exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante à aplicação da penalidade (art. 6º, parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo à presente ata de Registro de Preços;

II - integram esta Ata o Fornecedor Beneficiário do Registro de Preços, sua proposta e, ainda, o Edital de Pregão e seus anexos.

12.2. Os contratos decorrentes desta ata de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto na legislação vigente.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal de Maceió/AL para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Instrumento Contratual, com exclusão de qualquer outro.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Instrumento é assinado eletronicamente pelas partes.



Documento assinado eletronicamente por **ARTHUR MAIA PAIVA JUNIOR - Matr. 39**, **Pregoeiro(a)**, em 25/02/2026, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.cofen.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.cofen.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1524159** e o código CRC **4B5158DA**.

## ASSINATURAS

Avenida Moreira e Silva, 430, - Bairro Farol, Maceió/AL

CEP 57051-500 Telefone: (82) 3221-4118

- <https://corenalagoas.org.br>